

**CONTRATO CEDAE N.º 142 /2018 (DF)**

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE  
ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **ELEVADORES  
IVIMAIA LTDA – EPP**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **ELEVADORES IVIMAIA LTDA - EPP**, sediada na Rua Conde de Porto Alegre, nº 14, Rocha, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.531.749/0001-89, neste ato por meio de sua Diretora ao final assinada, Sr.ª IRNA CADETE BRAGA DA SILVA VASQUES, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 04.857.617-7 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob nº 609.723.197-00, residente e domiciliada na Rua Francisco Medeiros, nº 264, Higienópolis, Rio de Janeiro/RJ, resolvem celebrar o presente Contrato de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva com Reposição de Peças em Assistência ao Elevador instalado no Prédio da UNIVERCEDAE, com fundamento no processo administrativo nº **E-07/100.067/2018**, mediante **Pregão Eletrônico nº 360/2018 (ASL-DP)**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Decreto Estadual nº 42.063/2009, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente CONTRATO tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM ASSISTÊNCIA AO ELEVADOR INSTALADO NO PRÉDIO DA UNIVERCEDAE"**, conforme detalhado no Anexo II – Termo de Referência e tabela abaixo.

| ITEM | DESCRIÇÃO   | QUANTIDADE (UN) |
|------|---|-----------------|
| 01   | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM ASSISTÊNCIA AO ELEVADOR INSTALADO NO PRÉDIO DA UNIVERCEDAE. | 01              |

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

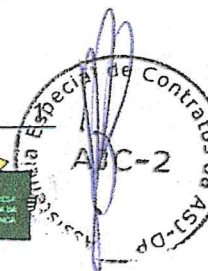
O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o que preceitua o inciso II do artigo 57, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- exercer a fiscalização do contrato;
- receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.
- providenciar a publicação resumida do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos do parágrafo único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93;

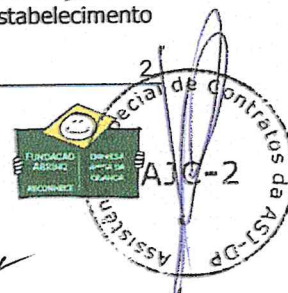




**CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77, relativa à execução dos serviços, definindo os responsáveis técnicos dos mesmos.
- b) conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do instrumento convocatório, da Proposta de Preços e da legislação vigente, atendendo a todas as solicitações de natureza técnica, da **CEDAE**, relacionadas com o objeto deste Contrato;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**.
- d) submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho e substituir qualquer membro da referida equipe, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE**;
- e) admitir que todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., por ela elaborados serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.
- f) abster-se de dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução de serviços, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.
- g) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato.
- h) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- i) prestar, sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;
- j) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- k) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados, cabendo à **CEDAE**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a sua execução e de aplicar as penalidades cabíveis, sem que à **CONTRATADA** assista direito a indenização;
- l) providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, com vigência a partir da data de início dos serviços até seu recebimento definitivo. Assim sendo, será responsável pela contratação dos seguros do pessoal, edificações, instalações, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços, sob pena de assumir diretamente todos os riscos e ônus inerentes;
- m) comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- n) manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;
- o) aceitar especificamente, nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art.65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos
- p) A contratada deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento





estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas "a", "b", "c" e "d", do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

q) Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.

r) Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - de cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
- II - de duzentos e um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);
- III - de quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
- IV - mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

s) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

t) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

u) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava;

v) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

- Programa de Trabalho: 2200022016
- Fonte de Recursos: 10
- Conta Contábil: 411110302
- Centro. Custos: DP22010000
- Código Orçamentário: 33903970
- ID da Reserva Orçamentária: 2018000884

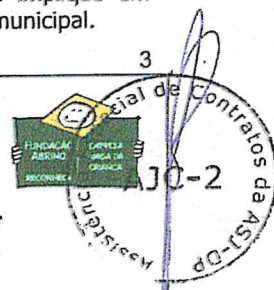
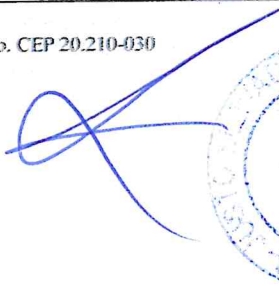
**PARÁGRAFO ÚNICO** – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### **CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO**

Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço global, é atribuído o valor total de **R\$ 14.400,00** (quatorze mil e quatrocentos reais), com preço base no mês da Estimativa Orçamentária.

| ITEM | DESCRIÇÃO   | QUANTIDADE (UN) | VALOR TOTAL   |
|------|---|-----------------|---------------|
| 01   | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM ASSISTÊNCIA AO ELEVADOR INSTALADO NO PRÉDIO DA UNIVERCEDAE. | 01              | R\$ 14.400,00 |

a) O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, inclusive os noturnos e respectiva iluminação, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.





**CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO e DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, devendo ser obedecidas: as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos e normas técnicas, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da **CEDAE**. Deverá ser obedecida toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo primeiro, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

a.1) A emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:

a.2) A empresa contratada deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

a.3) As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à **CEDAE** juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

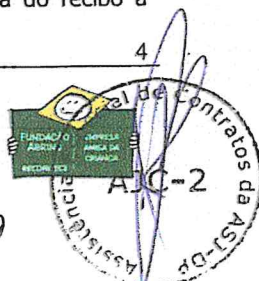
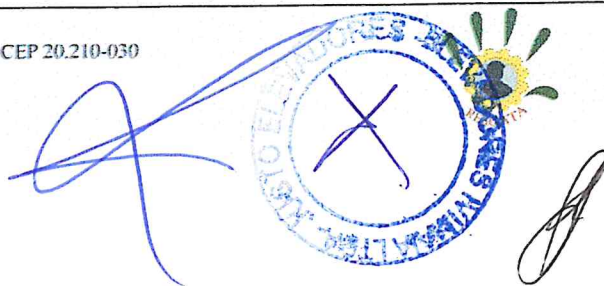
a.4) Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a contratada omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

a.5) Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente última fatura ficará suspenso.

a.6) Será considerado "adimplemento" a conclusão, pela contratada, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.

a.7) Representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à contratada recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

a.8) De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do recibo à





contratada, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.

a.9) A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a Pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

a.10) Caberá a Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, deverão ser registradas no processo.

b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

b.1) A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

b.2) De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

b.3) No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à **CEDAE** a Aceitação Definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

b.4) Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a Garantia Contratual, se houver.

b.5) Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela contratada.

b.6) A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A aceitação dos serviços ficará sujeita à aprovação da Fiscalização, obrigando-se a **CONTRATADA** a refazer aqueles que forem rejeitados, ficando, também, condicionada ao fornecimento, pela **CONTRATADA**, dos serviços por ela, ou por seus possíveis subcontratados, realmente executados, de acordo com as normas, instruções e especificações do Serviço de Cadastro Técnico da **CEDAE**.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a exime de manter fiscalização própria.





**PARÁGRAFO OITAVO** - A **CEDAE** poderá, a qualquer tempo e a seu critério, determinar por escrito a suspensão dos serviços em andamento. A suspensão tornar-se-á efetiva 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento, pela **CONTRATADA**, desta determinação, devendo a mesma proceder à entrega dos serviços até então executados ou em execução, os quais lhe serão remunerados pela **CEDAE**, desde que tecnicamente aceitos.

**PARÁGRAFO NONO** - A **CEDAE** poderá deixar de expedir Ordem de Execução - OEX, em função da indisponibilidade dos recursos indispensáveis à execução dos serviços, ou ainda se a **CONTRATADA** não tiver terminado ou imprimido, à OEX anterior, ritmo e qualidade aceitáveis pela Fiscalização da **CEDAE**. Nestes casos, não assistirá à **CONTRATADA** direito a indenização, reembolso ou compensação de qualquer espécie, exceto quanto ao pagamento de serviços executados, entregues e aceitos pela Fiscalização.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - As Ordens de Execução emitidas pela **CEDAE** e aceitas pela **CONTRATADA** ficarão fazendo parte integrante deste Contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - A Coordenação Geral dos trabalhos da **CONTRATADA** deverá estar localizada, obrigatoriamente, no Município do Rio de Janeiro ou em outro Município do Estado do Rio de Janeiro, a juízo da **CEDAE**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Todos os empregados da **CONTRATADA** e de seus possíveis subcontratados deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução dos serviços.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que, aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais estabelecidas pela **CONTRATADA** no cronograma físico-financeiro contratual, em percentagens acumuladas em relação ao valor total dos serviços contratados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - Caso estas etapas mensais não sejam cumpridas pela **CONTRATADA**, após a verificação da Fiscalização da **CEDAE**, serão pagos à **CONTRATADA**, somente os serviços e fornecimentos efetivamente executados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Todos os materiais/equipamentos a serem empregados na execução dos serviços deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a **CONTRATADA** à realização dos ensaios/testes, de Controle de Qualidade, determinados pela Fiscalização.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a **CONTRATADA** arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.

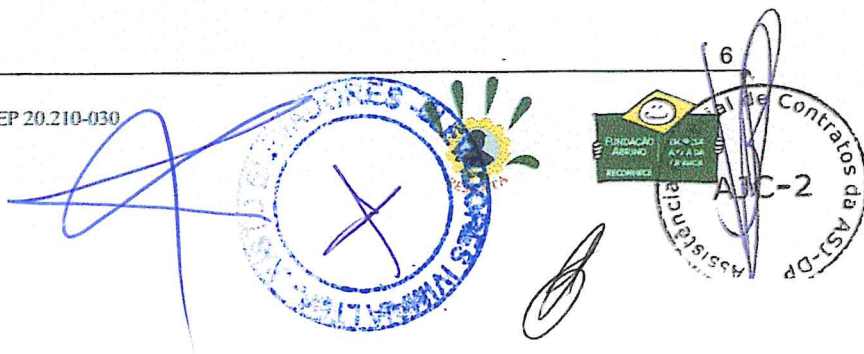
**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - A **CONTRATADA** responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - A **CONTRATADA** se obriga a cooperar com outras contratadas da **CEDAE**, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma. Quaisquer entendimentos entre as diversas contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da Fiscalização.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "r", da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.





**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A **CONTRATADA** será obrigada a apresentar, mensalmente, as seguintes comprovações:

- a) Prova de pagamento dos salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com a habitualidade, devam integrar os salários;
- b) Prova de pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados;
- c) Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social de seus empregados;
- d) Prova de regularidade com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos, incluindo aqueles relativos aos empregados vinculados ao contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS TERCEIRO e QUARTO ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - No caso do parágrafo sexto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

#### **CLÁUSULA NONA: DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

Os serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica do Engenheiro Mecânico, Sr. AREOVALDO DA SILVA VASQUES, brasileiro, casado, portador do RG nº 2107251-7 (SSP), inscrito no CPF sob o 215.234.367-00, CREA-RJ sob o nº 29.558-D, residente e domiciliado na Rua Francisco Medeiros, nº 264, Higienópolis, Rio de Janeiro/RJ, que fica autorizado a representar a **CONTRATADA**, em suas relações com a **CEDAE**, em matéria de serviço.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A **CONTRATADA** obriga-se a manter o engenheiro indicado nesta cláusula como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local dos serviços até seu final. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da **CEDAE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O Responsável Técnico aqui indicado deverá figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata a alínea "a" da CLÁUSULA QUARTA deste Contrato.





**CLÁUSULA DÉCIMA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A CEDAE deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)**, em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), cada uma delas, sendo efetuado mensal e sucessivamente, mediante crédito em conta bancária, mantida pela **CONTRATADA**, via Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor" (Anexo VII do edital).

| ITEM | DESCRIÇÃO  | PREÇO UNITÁRIO | QUANTIDADE DE ELEVADORES | PREÇO TOTAL (12 MESES) |
|------|--|----------------|--------------------------|------------------------|
| 01   | Serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças em assistência técnica ao elevador instalado no prédio da UNIVERCEDAE | R\$ 1.200,00   | 01                       | R\$ 14.400,00          |

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – No pagamento da segunda e demais parcelas mensais do contrato só será efetuado mediante demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, relativas aos empregados vinculados ao contrato, referentes ao mês anterior à data do pagamento, de acordo com o disposto no parágrafo terceiro da cláusula oitava.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento a Comissão de Fiscalização, sito na Av. Presidente Vargas, 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ, acompanhada de cópia autenticada do comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo terceiro da cláusula oitava, e respectiva folha de pagamento relativa à mão de obra empregada no contrato, com base no prescrito no parágrafo 2º do artigo 71 da Lei 8666/93, ficando o pagamento condicionado ao atendimento ao exigido neste parágrafo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Para efeito do parágrafo anterior, a **CONTRATADA** deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para os serviços contratados, conforme preconizado no parágrafo 4º do Art. 31 da Lei 8212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei 9032/95 de 28/04/95.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Satisfeitas as obrigações previstas no parágrafo primeiro e segundo o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data da entrada do documento de crédito, isento de erros, no setor competente, previamente atestado por 2 (dois) servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato. No caso da Fiscalização encontrar erros na fatura elaborada pela **CONTRATADA**, a mesma será devolvida para sua reapresentação.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso sendo prosseguida a contagem a contar da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*, a partir do dia seguinte ao do efetivo pagamento até a data prevista do pagamento.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a Fiscalização, de comum acordo com a **CONTRATADA**, estabelecerá a programação dos serviços e/ou fornecimentos a serem realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Mensalmente, a Fiscalização procederá à verificação do avanço da implantação e do cumprimento das metas mínimas do cronograma físico-financeiro contratual.





**PARÁGRAFO NONO** - A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados pela Fiscalização aceitos e de conformidade com o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A Fiscalização terá 2 (dois) dias úteis, após o recebimento da fatura, para aprová-la ou devolvê-la.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de faturas de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, da comprovação de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA do serviço.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A fatura final deverá corresponder, no mínimo, a 10,0% (dez por cento) do valor do Contrato e só será processada após a aceitação provisória dos serviços.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A **CEDAE**, a qualquer tempo, poderá utilizar créditos da **CONTRATADA** para atender aos compromissos e obrigações assumidos, e não cumpridos, pela mesma, junto aos seus empregados e subcontratados, em decorrência dos serviços objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

Somente será analisada a concessão do reajustamento de preços caso a periodicidade ultrapasse 1 (um) ano, unicamente se ocorrer variação do valor contratual, contado a partir da data da apresentação da proposta, observada a legislação vigente e/ou substitutivas e face à comprovada elevação dos insumos utilizados. Neste caso será adotado o índice 05.100 da EMOP.

Para tanto utilizar-se-á a seguinte expressão :

$$R = P_0 \left[ \frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

onde :

R = Valor do reajustamento

P<sub>0</sub> = Preço contratual

I = Índice 05.100 EMOP correspondente ao mês do reajustamento

I<sub>0</sub> = Índice 05.100 EMOP correspondente a data da apresentação da proposta.

- valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela a preços contratuais.

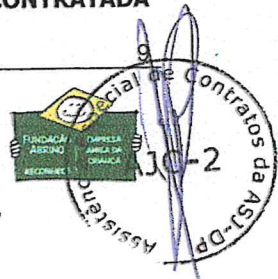
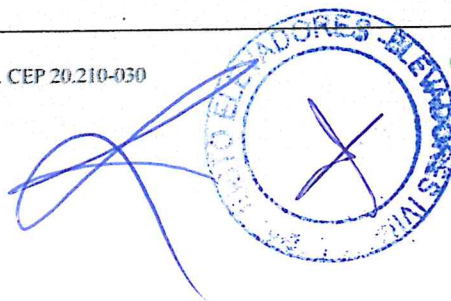
**PARÁGRAFO ÚNICO** - As partes convencionam que o prazo decadencial para a **CONTRATADA** solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na **CEDAE**, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE**, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA**





direito a indenizações de qualquer espécie, a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Comissão de Fiscalização, dele descontados quaisquer créditos da **CEDAE**, relativos a danos e/ou prejuízos decorrentes da execução dos serviços ou das multas que lhe venham a ser aplicadas, independentemente das demais penalidades a que estiver sujeita a **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Constituem motivo para rescisão do Contrato, além daquelas relacionadas no Artigo 78 da Lei 8.666/93, cessão ou subempreitada parcial ou total dos serviços sem prévia autorização da **CEDAE**.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Não havendo culpa da **CONTRATADA**, para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados de conformidade com o parágrafo 2º, artigo 79 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

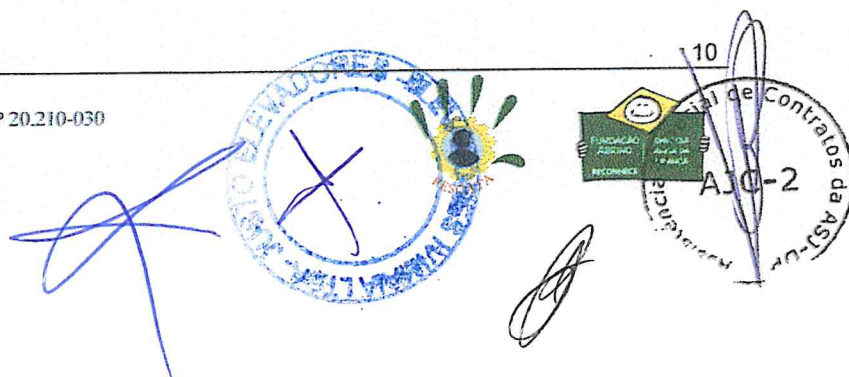
**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", da CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", da CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A aplicação da sanção prevista na alínea "d", da CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.





**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A multa administrativa, prevista na alínea "b", da CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, observará o seguinte:

- a) corresponderá individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", da CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente á rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento.

**PARÁGRAFO NONO** - O não atendimento às solicitações da Fiscalização da CEDAE, sujeitará a CONTRATADA a multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da CEDAE, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, ocorrendo rescisão por motivo imputável à **CONTRATADA**, esta responderá, alternativamente, à escolha da **CEDAE**, por:

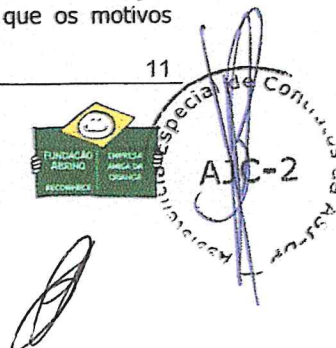
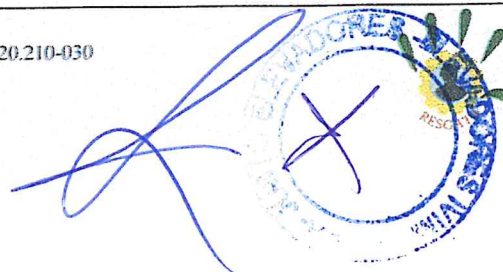
- a) multa rescisória de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do Contrato, podendo a **CEDAE** se ressarcir desses valores com as garantias contratuais ou com os créditos de qualquer pagamento ainda devido à **CONTRATADA**; ou
- b) pagamento de perdas e danos que puderem ser efetivamente apurados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - A aplicação das multas dar-se-á cumulativamente, à medida em que cada obrigação deixar de ser cumprida, limitando-se a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento, ou das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívida líquida e certa, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à contratada ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", da CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, perdurará pelo tempo em que os motivos





determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", da CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d", da mesma Cláusula.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - As penalidades previstas na CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" da CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta; enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais entes federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos das referidas penalidades.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO**

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do objeto, sem prévia autorização por escrito da **CEDAE** constituem causas para a rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

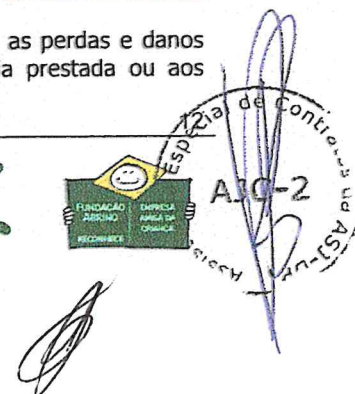
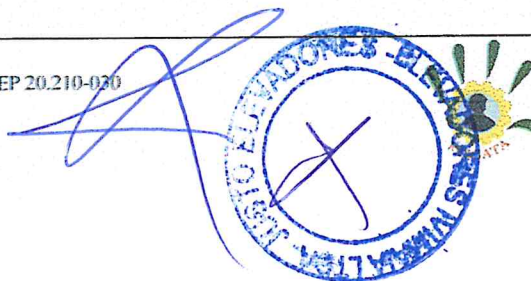
**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá:

- reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos





créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Caso A **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo **vedada a sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR**

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A ocorrência de fatos próprios às condições climáticas regionais, bem como suas consequências, não serão consideradas causas para prorrogação do prazo contratual estabelecido na Cláusula 2ª deste Contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA: DISPOSIÇÕES GERAIS**

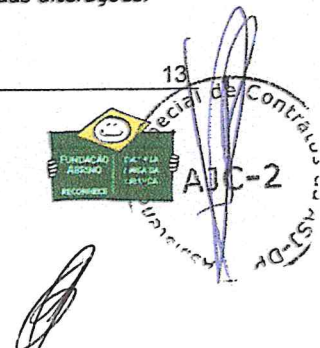
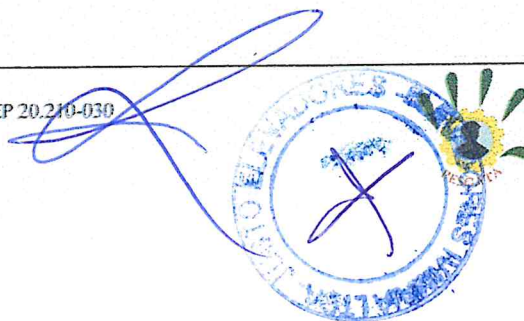
Em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da contratada, esta prevalecerá.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA FACULDADE DE USO**

O atraso, tolerância ou omissão por parte da **CEDAE** no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste Contrato, dos documentos referidos na Cláusula 3ª ou da Lei em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a **CEDAE** exercitá-los a qualquer tempo.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações.





### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme art. 4º da Deliberação TCE-RJ nº. 262/2014.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O extrato da publicação deverá conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE**

**25.1.** Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

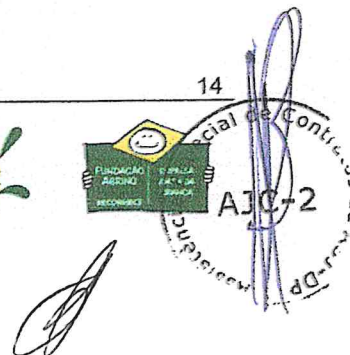
**25.2.** A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa).

**25.3.** A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

**25.4.** A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

**25.5.** A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

**25.6.** O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.





**25.7.** A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

**25.8.** O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**25.9.** O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

**25.10.** O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

**25.11.** O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

**25.12.** Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.


**25.13.** As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2018.

Pela **CEDAE**:

  
**JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD**  
Diretor Presidente

  
**HÉLIO CABRAL MOREIRA**  
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com  
Investidores

Pela **CONTRATADA**:

  
**IRNA CADETE BRAGA DA SILVA VASQUES**  
Diretora

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Chico Sabatin Reun RG: 00008899-9

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Ref. Contr-ELEVADORES-IVIMAIA-contratação-de-serviços-de-manutenção-preventiva-e-corretiva-PE-360-2018-VBO



FUNDAÇÃO LEÃO XIII  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS  
DESPACHOS DO DIRETOR

PROCESSO Nº E-26/013/5402018 - ILCA ARAUJO DA ROCHA - ID 21408734. APROVO a fixação dos proventos de inatividade da servidora no cargo de Assistente Administrativo do Grupo II - Nível 5, do Quadro Suplementar de Pessoal, com validade a contar de 08.10.2018, por ter sido aposentada nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

PROCESSO Nº E-26/013/568/2017 - MARISE LUTTERBACH MASAUD - ID 21426058. AUTORIZO a contagem em dobro, para fins de aposentadoria, de 03 (três) meses de licença prêmio relativa ao período de 23.05.1990 a 21.05.1995.

PROCESSO Nº E-23/2017/532008 - MILTON GUEY SEABRA - ID 21366241. CONCEDO 06 (seis) meses de licença prêmio relativa ao período de 10.12.2005 a 07.12.2015.

PROCESSO Nº E-23/003/11372016 - ANA DILA JAUHAR DE SOUZA XIMENES - ID 21419434. APROVO a reativação dos proventos de inatividade da servidora no cargo de Assistente Administrativo do Grupo III - Nível 5, do Quadro Permanente de Pessoal, com validade a contar de 29.11.2016, por ter sido aposentada nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

PROCESSO Nº E-22/200569/1998 - RYS CRISTINA SILVA TAVARES SAMEL - ID 21419060. CONCEDO 03 (três) meses de licença prêmio relativa ao período de 25.10.2013 a 23.10.2018.

PROCESSO Nº E-26/013/100028/2018 - REGINA MARIA PEREIRA DUARTE - ID 213284041. APROVO a fixação dos proventos de inatividade da servidora no cargo de Advogada do Grupo V - Nível 5, do Quadro Permanente de Pessoal, com validade a contar de 17.10.2018, por ter sido aposentada nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

PROCESSO Nº E-26/013/100057/2018 - JOSE CARLOS DE OLIVEIRA - ID 21378549. APROVO a fixação dos proventos de inatividade do servidor no cargo de Assistente Administrativo do Grupo III - Nível 5, do Quadro Permanente de Pessoal, com validade a contar de 17.10.2018, por ter sido aposentado nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

PROCESSO Nº E-26/013/100229/2018 - MANON CALIOCANE CORREA SANTA MARINHA - ID 21329532. APROVO a fixação dos proventos de inatividade do servidor no cargo de Assistente Administrativo do Grupo III - Nível 5, do Quadro Permanente de Pessoal, com validade a contar de 17.10.2018, por ter sido aposentado nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

PROCESSO Nº E-26/013/100202/2018 - ADRIANO PEREZ - ID 21342458. APROVO a fixação dos proventos de inatividade do servidor no cargo de Engenheiro no Nível G, com validade a contar de 17.10.2018, por ter sido aposentado nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

PROCESSO Nº E-26/013/100339/2018 - LUCIA MARIA MOURA FERREIRA AMERICO DOS REIS - ID 21330549. AUTORIZO a contagem em dobro, para fins de aposentadoria, de 03 (três) meses de licença prêmio relativa ao período de 18.05.1994 a 16.05.1995.

PROCESSO Nº E-23/003/437/2013 - REGINA CELIA COSTA COELHO DE OLIVEIRA - ID 21441367. CONCEDO 03 (seis) meses de licença prêmio relativa ao período de 05.09.2012 a 03.09.2017.

FUNDAÇÃO LEÃO XIII  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS  
DESPACHOS DO DIRETOR

PROCESSO Nº E-23/201485/1999 - BETHANIA DA SILVA FERNANDES - ID 21442240. TORNA SEM EFEITO a publicação efetuada no D.O. de 14.12.1999 - página 12, por ter sido publicado com incorreções.

PROCESSO Nº E-23/201485/1999 - BETHANIA DA SILVA FERNANDES - ID 21442240. TORNA SEM EFEITO a publicação efetuada no D.O. de 24.10.2011 - página 40, por ter sido publicado com incorreções.

PROCESSO Nº E-23/201485/1999 - BETHANIA DA SILVA FERNANDES - ID 21442240. CONCEDO 09 (nove) meses de licença prêmio relativa ao período de 03.03.1995 a 29.02.2000, 04.08.2008 a 30.03.2013 e 31.03.2013 a 29.03.2018.

FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
DESPACHOS DA PRESIDENTE

PROC. Nº E-26/012/006/2018 - RATIFICO a inexistência de licitação, a favor da Concessionária Águas de Niterói S/A, no valor de R\$ 8.106,31 (oito mil cento e seis reais e trinta e um centavos), referente ao mês de setembro de 2018, para atender despesa com fornecimento de água e tratamento de esgotos, com base no artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenador da despesa.

PROC. Nº E-26/012/014/2018 - RATIFICO a dispensa de licitação, a favor da Concessionária Ampla - Energia e Eletricidade S/A, no valor de R\$ 5.951,07 (cinco mil novecentos e cinquenta e um reais e sete centavos), referente ao referente ao mês de setembro de 2018, para atender despesa com fornecimento energia elétrica, com base no artigo 24, inciso XXII, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenador da despesa.

FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
DESPACHOS DA PRESIDENTE

PROC. Nº E-26/012/425/2017 - RECONHEÇO A DÍVIDA, em favor da Instituição ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOS HOMENS DE AMANHÃ - AEDHA - BETEL, no valor de R\$ 173.052,99 (cento e setenta e três mil cinquenta e dois reais e noventa e nove centavos), referente à dívida correspondente aos meses de julho a dezembro de 2017, com base no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, com o inciso IX, § 3º, do artigo 82, da Lei Estadual nº 287, de 04/12/1979, do Capítulo VI do Decreto Estadual nº 41.880, de 25/05/2009 e Resolução Conjunta SECTIDS nº 26, de 25/10/2018.

PROC. Nº E-26/012/439/2017 - RECONHEÇO A DÍVIDA, em favor da Instituição CASA DO MENOR SÃO MIGUEL ARCANJO, no valor de R\$ 328.564,77 (trezentos e vinte e oito mil quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta e sete centavos), referente à dívida correspondente aos meses de janeiro a dezembro/2017, com base no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, com o inciso IX, § 3º, do artigo 82, da Lei Estadual nº 287, de 04/12/1979, do Capítulo VI do Decreto Estadual nº 41.880, de 25/05/2009 e Resolução Conjunta SECTIDS nº 26, de 25/10/2018.

PROC. Nº E-26/012/430/2017 - RECONHEÇO A DÍVIDA, em favor da Instituição INSTITUTO MAFFER - LAR SANTA CATARINA, no valor de R\$ 30.698,28 (trinta mil seiscentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos), referente à dívida correspondente aos meses de julho a dezembro de 2017, com base no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, com o inciso IX, § 3º, do artigo 82, da Lei Estadual nº 287, de 04/12/1979, do Capítulo VI do Decreto Estadual nº 41.880, de 25/05/2009 e Resolução Conjunta SECTIDS nº 26, de 25/10/2018.

PROC. Nº E-26/012/426/2017 - RECONHEÇO A DÍVIDA, em favor da Instituição ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA PROJETO CRIANÇA FELIZ, no valor de R\$ 113.298,00 (cento e treze mil duzentos e noventa e oito reais), referente à dívida correspondente aos meses de julho a

dezembro de 2017, com base no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, com o inciso IX, § 3º, do artigo 82, da Lei Estadual nº 287, de 04/12/1979, do Capítulo VI do Decreto Estadual nº 41.880, de 25/05/2009 e Resolução Conjunta SECTIDS nº 26, de 25/10/2018.

PROC. Nº E-26/012/427/2017 - RECONHEÇO A DÍVIDA, em favor da Instituição ASSOCIAÇÃO NOVA VIDA, no valor de R\$ 147.648,20 (cento e quarenta e sete mil seiscentos e quarenta e oito reais e vinte centavos), referente à dívida correspondente aos meses de julho a dezembro de 2017, com base no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, com o inciso IX, § 3º, do artigo 82, da Lei Estadual nº 287, de 04/12/1979, do Capítulo VI do Decreto Estadual nº 41.880, de 25/05/2009 e Resolução Conjunta SECTIDS nº 26, de 25/10/2018.

PROC. Nº E-26/02/02987/2016 - RECONHEÇO A DÍVIDA, em favor da Instituição CASA DO CAMINHO, no valor de R\$ 113.940,00 (cento e treze mil novecentos e quarenta reais), referente à dívida correspondente aos meses de julho a dezembro de 2017, com base no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, com o inciso IX, § 3º, do artigo 82, da Lei Estadual nº 287, de 04/12/1979, do Capítulo VI do Decreto Estadual nº 41.880, de 25/05/2009 e Resolução Conjunta SECTIDS nº 26, de 25/10/2018.

PROC. Nº E-26/012/433/2017 - RECONHEÇO A DÍVIDA, em favor da Instituição LAR JESUS É AMOR, no valor de R\$ 32.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais), referente à dívida correspondente aos meses de julho a dezembro de 2017, com base no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964, com o inciso IX, § 3º, do artigo 82, da Lei Estadual nº 287, de 04/12/1979, do Capítulo VI do Decreto Estadual nº 41.880, de 25/05/2009 e Resolução Conjunta SECTIDS nº 26, de 25/10/2018.

FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
DESPACHO DA PRESIDENTE

PROC. Nº E-26/012/012/2018 - RATIFICO a dispensa de licitação a favor da Concessionária Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, no valor de R\$ 2.517,91 (dois mil quinhentos e dezessete reais e noventa e um centavos), referente à dívida correspondente de 2018, para atender despesa com fornecimento de água e tratamento de esgotos, com base no artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenador da despesa.

FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENADORIA DE PESSOAL  
DESPACHO DO GERENTE

PROC. Nº E-12/110041/1995 - MARLENE PELIZON DOS SANTOS, 175218-7, ID 2856753-6. De acordo com o disposto no art. 129 do Decreto nº 2479/79, de 08.03.1979, seja publicado os 18(dezoito) meses de Licenças-Prévia referentes aos períodos base de: 12.02.1998 a 10.02.1993; 11.02.1993; 01.04.1998 a 02.04.1998 a 31.03.2003; 01.04.2003 a 30.03.2008; 31.03.2008 a 29.03.2013 e 30.03.2013 a 28.03.2018. TORNA-SE SEM EFEITO o despacho de 27.02.1998, publicado no DOERJ de 03.03.1998.

## Secretaria de Estado de Transportes

DESPACHO DO SECRETÁRIO  
DE 24.10.2018

PROCESSO Nº E-10/001/100175/2018 - DETERMINA A PRORROGAÇÃO da vigência da Resolução SETRANS Nº 1312/2018, pelo prazo de 20 (vinte) dias úteis.

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS  
DESPACHOS DO PRESIDENTE

PROC. Nº E-10/005/13916/2017 - AUTORIZO a Empresa A. P. PAES DOS SANTOS ME, nome fantasia Transporte e Turismo D'Morais, inscrita no CNPJ sob o nº 05.942.381/0001-41, a operar o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento turístico, como agência de turismo com frota própria, adotando o registro RJ-976 e utilizando o veículo de placa KRZ6374.

DE 22.10.2018

PROC. Nº E-10/005/2551/2018 - DEFIRO o abono permanência, do servidor ESPEDITO VIEIRA PIMENTEL, Agente Auxiliar Administrativo, nos termos do artigo 3º, inciso II, do Estatuto do Funcionário Público do Estado do Rio de Janeiro, Lei nº 4.675/1964, com base na Resolução Sare nº 3026/2004.

PROC. Nº E-10/005/105073/2018 - APROVO o modelo de planta nº 11364716, requerido por San Marino Ônibus Ltda, com as seguintes especificações:  
Carroceria: Ônibus urbano modelo Spectrum 325, com ar condicionado.  
Chassi: M. Benz OF-1721 Euro V  
Distância entre eixos: 6.500mm  
Lotação: 50 passageiros sentados  
Obs.: Com Dispositivo de Poltrona Móvel (D.P.M.)

PROC. Nº E-10/005/105075/2018 - APROVO o modelo de planta nº 11324267, requerido por San Marino Ônibus Ltda, com as seguintes especificações:  
Carroceria: Ônibus urbano modelo Mega, com ar condicionado e plataforma elevatória no entre eixo do veículo.  
Chassi: M. Benz OF-1721 Euro V  
Distância entre eixos: 5.950mm  
Lotação: 41 passageiros sentados e 31 passageiros em pé; 1PDD

DE 23.10.2018

PROC. Nº E-10/005/13188/2017 - DEFIRO o abono permanência, do servidor ESPEDITO VIEIRA PIMENTEL, Agente Auxiliar Administrativo, nos termos do artigo 3º, inciso II, do Estatuto do Funcionário Público do Estado do Rio de Janeiro, Lei nº 4.675/1964, com base na Resolução Sare nº 3026/2004.

PROCESSO Nº E-10/005/106512/2018 - AUTORIZO o parcelamento de débito.

DE 25.10.2018

PROC. Nº E-10/005/6652/2018 - INDEFIRO, com base no despacho da Diretoria Técnica Operacional.

## Secretaria de Estado do Ambiente

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
APOSTILA DO DIRETOR- INTERINO

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 004/2016 celebrado no dia 31 de agosto de 2016 e publicado no DOERJ de 02 de setembro de 2016. PARTES: Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado do Ambiente, o Gestor Operacional FUNBIO - Fundo Brasileiro para Biodiversidade, com a intervenção do Instituto Estadual do Ambiente - INEA e do Gestor Financeiro Bradesco S.A.. OBJETO: Promover a alteração da Cláusula Décima-Primeira - D.O. CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO, do Acordo de Cooperação nº 004/2016, para a seguinte redação: "A Subsecretaria Adjunta de Planejamento - SAP da SEA exercerá o

controle e a fiscalização sobre a operação do FMA, mediante a supervisão e o acompanhamento das atividades inerentes ao objeto deste instrumento". Em razão da alteração promovida, registre-se o presente apostilamento à margem do Acordo de Cooperação nº 004/2016 respectivo. PROCESSO Nº 07/001/390/2015.

## COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL

ATO DO PRESIDENTE  
DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.223 DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

## EXPEDE LICENÇA PRÉVIA.

A COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL - CECA, da Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, em reunião de 23/10/2018 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.355, de 03/10/1988, pelo Decreto nº 21.287, de 23/01/1995, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 41.628, de 12/01/2009, e pelo Decreto Estadual nº 44.820, de 02/06/2014, alterado pelo Decreto nº 45.482, de 04/12/2015,

## CONSIDERANDO:

- o que consta do Processo nº E-07/510.998/2011, referente ao requerimento de Licença Prévia da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI para implantação do Núcleo Industrial de Paracambi, localizado na Estrada RJ-127, s/n. Cabral, Município de Paracambi,

- a Audiência Pública realizada no dia 09/12/2015, e

- o Parecer Técnico de Licença Prévia PRES/CEAM nº 18/2018, da CEAM/NEA,

Art. 1º - Expedir Licença Prévia - LP para a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI para implantação do Núcleo Industrial de Paracambi, localizado na Estrada RJ-127, s/n. Cabral, Município de Paracambi,

Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2018

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR  
Presidente

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DESIGNA CLAYTON RIBEIRO COSTA, Engenheiro C. como Presidente. CELSO SOARES SILVA, Agente de Saneamento I, ARILDO CESAR NOGUEIRA DE CASTRO e RIVALDO DOS SANTOS DE SOUZA, Agentes de Saneamento D, como membros titulares e MARCO AURELIO LIMA MARQUES, Agente Administrativo E, como membro suplente. Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico Contabilidade II e JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE TUBULAÇÃO DE VÁRIOS DIÂMETROS", de que trata o Processo E-07/100.152/2018. Ordem de Serviço "E" Nº 15.257/2018.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DESIGNA YARA MARILIA DA SILVA BALDUINO, Contadora C. como Presidente. CELSO SOARES SILVA, Agente de Saneamento I, FRANCILEI BADINI DE ALMEIDA, Contador C, como membros titulares e MARCO AURELIO LIMA MARQUES, Agente Administrativo E, como membro suplente. Gerente do Contrato ANDREA CONCEICAO FERREIRA MARTINS, Agente de Saneamento H, como membro suplente. Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO E UTILITÁRIOS PARA ATENDIMENTO AOS SETORES DA CEDAE", de que trata o Processo E-07/100.363/2018. Ordem de Serviço "E" Nº 15.258/2018.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DESIGNA ADÃO JESUS DO COUTO BRITO, Agente de Saneamento C, como Presidente. MARCOS LANIS BRAVO, Agente de Saneamento F e YARA MARILIA DA SILVA BALDUINO, Contadora C, como membros titulares e JANIO MARCIO OLIMPIO, Agente de Saneamento B, como membro suplente. Gerente do Contrato, JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos e ANDREA CONCEICAO FERREIRA MARTINS, Agente de Saneamento H, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM ASSISTÊNCIA AO ELEVADOR INSTALADO NO PRÉDIO DA UNIVERDECAD", de que trata o Processo E-07/100.067/2018. Ordem de Serviço "E" Nº 15.270/2018.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DESIGNA LEANDRO COUTO ROSA, Técnico de Laboratório II, como Presidente. ALEXANDRO PEREIRA DA SILVA, Analista de Qualidade C e LEONEL FAGUNDES DE ASSIS, Agente de Saneamento I, como membros titulares e WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA, Técnico de Laboratório II, como membro suplente. Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II e JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "AQUISIÇÃO DE COLORÍMETRO MICROPROCESSADO DIGITAL E REAGENTES DPD CLORO LIVRE", de que trata o Processo E-07/100.224/2018. Ordem de Serviço "E" Nº 15.292/2018.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DESIGNA CARLA ROBANA DE ARAUJO, Técnico de Contabilidade II, como Presidente. RENATO FERREIRA COELHO, Técnico de Contabilidade II, HELENA ALEXANDRE DE PAULA, Contador B, como membros titulares e RENATO DA SILVA FERREIRA, Assessor de Diretoria, como membro suplente. Gerente do ANDREA CONCEICAO FERREIRA MARTINS, Agente de Saneamento H, para Gerente do referido contrato, de acordo com a Ordem de Serviço "E" nº 11.664 de 07/12/2010, bem como JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS DE REAVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL DA PREC E CAG, CONFORME LICITAÇÃO CVM Nº 695/2012, PARA O EXERCÍCIO DE 2018", de que trata o Processo Nº E-07/100.244/2018. Ordem de Serviço "E" Nº 15.299/2018.



nº E-07/002.11386/2015, convoca Audiência Pública para apresentação e discussão do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, com relação ao requerimento de Licença Prévia da Empresa SEPETIBA TECON S/A para obras de expansão do Terminal de Contêineres, localizada na Estrada Prefeito Wilson Pedro Francisco s/n, Porto de Itaguaçu, Ilha da Madeira, Município de Itaguaçu. A audiência está a se realizar no dia 05/12/2018, às 15h00 horas, no Salão de Festa, Cochocho Festas, situado na Rua Coronel Macedo Soares nº 19, Centro, Município de Itaguaçu, sob a presidência de Maurício Couto César Junior, secretariado por Paulo Roberto Bento Carneiro e, na suplência da secretária, Ana Claudia dos Santos Campos.

Id: 2141590

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato INEA nº 49/2018. **PARTE:** Instituto Estadual do Ambiente - INEA e PROCEN ENGENHARIA S/A. **OBJETO:** Recuperação e reforço estrutural de paredes internas da edificação do laboratório do Instituto Estadual do Ambiente - INEA. **PRAZO:** 02 (dois) meses. **VALOR:** R\$ 327.367,41 (trezentos e vinte e sete mil trezentos e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos), a ser pago pela contratante. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei nº 8.665/1993. **DATA DE ASSINATURA:** 25/10/2018. **PROCESSO Nº E-07/002.104521/2018.**

Id: 2141769

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
EDITAIS

**O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a AUTO DE CONSTATÇÃO Nº SUPPBI/CON/01018659, Processo nº E-07/002.104843/2018,**

**CONVOCA:**  
**NOME:** AREAL DO BETO EXTRAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO LTDA, CNPJ/CPF Nº 09.202.713/0001-02 **ENDEREÇO:** Rodovia Br-400, Km 59 - Itaipava - Petrópolis - RJ

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 10 dias para tomar ciência do Auto de Constatção SUPPBI/CON/01018659, emitido pela extração de área sem licença ambiental, na Rua Buenos Aires, 204 - Centro, Petrópolis/RJ. O procedimento terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

**O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a AUTO DE CONSTATÇÃO Nº SUPPBI/CON/01018193, Processo nº E-07/002.102812/2018,**

**CONVOCA:**  
**NOME:** FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS, CNPJ/CPF Nº 583.885.087-68 **ENDEREÇO:** Estrada do Caxambu, 3.003 - Secretário - Petrópolis - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 10 dias para tomar ciência do Auto de Constatção SUPPBI/CON/01018193 emitido pelo não atendimento às determinações da notificação SUPPBI/NOT/01071203, à Rua Buenos Aires, 204 - Centro, Petrópolis/RJ. O procedimento terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

**O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a NOTIFICAÇÃO Nº SUPPBI/NOT/01042279, Processo nº E-07/002.09069/2002,**

**CONVOCA:**  
**NOME:** SOCIEDADE AGRO PASTORIL V. PARAIBA LTDA, CNPJ/CPF Nº 34.113.084/0001-91 **ENDEREÇO:** Estrada Ernesto J. S. Leal, 2035 - Matosinho - Paraíba do Sul - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 10 dias para tomar ciência da NOTIFICAÇÃO/01042279, emitida para suspensão da exigibilidade da multa e sua conversão em serviços, na Rua Buenos Aires, 204 - Centro, Petrópolis/RJ. O procedimento terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

**O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPPBI/EA/00145328, Processo nº E-07/002.10587/2014,**

**CONVOCA:**  
**NOME:** AMARELINHO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ/CPF Nº 12.989.911/0001-72

**ENDEREÇO:** Estrada dos Pinheiros S/N Lote B10 - Burucussu - São José do Vale do Rio Preto - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 10 dias para tomar ciência do Auto de Infração SUPPBI/EA/00145328 emitido pelo não atendimento às determinações da notificação SUPPBI/NOT/01039196, à Rua Buenos Aires, 204 - Centro, Petrópolis/RJ. O procedimento terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

**O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPPBI/EA/00146417, Processo nº E-07/002.8480/2015,**

**CONVOCA:**  
**NOME:** AREAL SERRANO LTDA ME, CNPJ/CPF Nº 18105439/0001-44 **ENDEREÇO:** Estrada Silveira da Motta, 25.015 - Centro - São José do Vale do Rio Preto - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 10 dias para tomar ciência do Auto de Infração SUPPBI/EA/00146417 emitido por dificuldade à ação de fiscalização do INEA, à Rua Buenos Aires, 204 - Centro, Petrópolis/RJ. O procedimento terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

**O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPPBI/EA/00145298, Processo nº E-07/002.15566/2014,**

**CONVOCA:**  
**NOME:** GILBERTO VIEIRA DALVES, CNPJ/CPF Nº 021.900.087-51 **ENDEREÇO:** Estrada União e Indústria, 34453 - Pedro do Rio - Petrópolis - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 10 dias para tomar ciência do Auto de Infração SUPPBI/EA/00145298 emitido por denúncia extração de área sem a Licença Ambiental ou autorização do DNIP, à Rua Buenos Aires, 204 - Centro, Petrópolis/RJ. O procedimento terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

Id: 2141768

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBIEGA/00151141

**NOME:** Município de Angra dos Reis. **CNPJ/CPF Nº:** 29.172.467/0001-09. **ENDEREÇO:** Praça Nilo Peçanha, 186 - Centro. **MUNICÍPIO:** Angra dos Reis - RJ. **INFRAÇÃO:** Por operar as atividades de uma estrutura de apoio náutico, localizada no bairro Pontal, dentro da poligonal da APA dos Tamoios, sem possuir a devida licença ambiental, infringindo o artigo 85 da Lei Estadual nº 3.467/00. **ENQUADRAMENTO:** art. 85 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** R\$ 62.251,89. **PROCESSO Nº E-07/002.13874/2016.**

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBIEGA/00151132

**NOME:** Porto Bali Residence Resort. **CNPJ/CPF Nº:** 08.197.727/0001-12. **ENDEREÇO:** Estrada das Marinas, 111 - Praia do Jardim. **MUNICÍPIO:** Angra dos Reis - RJ. **INFRAÇÃO:** Por deixar, sem justa causa, de cumprir intimações dos órgãos ambientais. **ENQUADRAMENTO:** art. 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** R\$ 2.230,24. **PROCESSO Nº E-07/002.30904/2018.**

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBIEGA/00151125

**NOME:** Município de Angra dos Reis. **CNPJ/CPF Nº:** 29.172.467/0001-09. **ENDEREÇO:** Praça Nilo Peçanha, 186 - Centro. **MUNICÍPIO:** Angra dos Reis - RJ. **INFRAÇÃO:** Por operar as atividades de uma estrutura de apoio náutico, localizada na ilha da Caiçara, dentro da poligonal da APA dos Tamoios, sem possuir a devida licença ambiental, infringindo o artigo 85 da Lei Estadual nº 3.467/00. **ENQUADRAMENTO:** art. 85 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** R\$ 62.251,89. **PROCESSO Nº E-07/002.13877/2016.**

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBIEGA/00151135

**NOME:** Porto Bali Residence Resort. **CNPJ/CPF Nº:** 08.197.727/0001-12. **ENDEREÇO:** Estrada das Marinas, 111 - Praia do Jardim. **MUNICÍPIO:** Angra dos Reis - RJ. **INFRAÇÃO:** Por instalar atividade, sem possuir licença de instalação. **ENQUADRAMENTO:** art. 83 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** R\$ 22.994,99. **PROCESSO Nº E-07/002.30903/2018.**

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPBIEGA/00151198

**NOME:** Dario Derenzi Filho. **CNPJ/CPF Nº:** 097.579.707-78. **ENDEREÇO:** Condomínio Village Itaipirapuan - Pontal. **MUNICÍPIO:** Angra dos Reis - RJ. **INFRAÇÃO:** Pelo não atendimento à notificação nº SUPBIC/NOT/01064/04 com base no artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. **ENQUADRAMENTO:** art. 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. **PENALIDADE:** R\$ 2.157,52. **PROCESSO Nº E-07/002.1104/2018.**

Id: 2141765

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

## AVISO

A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, designados pela Portaria INEA/PRES nº 747, de 30 de novembro de 2017, do Instituto Estadual do Ambiente-INEA torna público que fará realizar o pregão abaixo:

## PREGÃO ELETRÔNICO 040/2018

**OBJETO:** "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO".

**TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO GLOBAL.

**DATA DE INÍCIO DE ACHILHAMENTO DAS PROPOSTAS:** 29/10/2018, ÀS 09:00 HORAS

**DATA LIMITE PARA ACHILHAMENTO DAS PROPOSTAS:** 12/11/2018, ÀS 10:45 HORAS

**DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 12/11/2018, ÀS 10:50 HORAS

**DATA E HORÁRIO DO PREGÃO:** 12/11/2018, ÀS 11:00 HORAS

**PORTAL:** www.compras.rj.gov.br

**NÚMERO DA LICITAÇÃO NO PORTAL:** 22391

**AQUISIÇÃO:** O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permissão de 02 (dois) resmas de papel A4, na Avenida Venezuela, 110 - Sala 405 - Saúde - Rio de Janeiro - RJ - no horário de 10:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 16:00 horas de segunda a sexta-feira.

**INFORMAÇÕES:** Os interessados poderão obter informações sobre o Edital no endereço e horário acima mencionado ou pelo telefone (21) 2334-9430.

Id: 2141766

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 141/2018 (DF).

**PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a PARANA SOLUÇÕES LOGÍSTICAS E TRANSPORTES LTDA - CAC.

**OBJETO:** "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE TUBULAÇÃO DE VÁRIOS DIÂMETROS".

**PRAZO:** 90 (noventa) dias.

**VALOR:** R\$ 124.100,00 (cento e vinte e quatro mil e cem reais).

**DATA DE ASSINATURA:** 17/10/2018.

**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.152/2018 (Pregão Eletrônico nº 359/2018).

Id: 2141682

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**"INSTRUMENTO:** CONTRATO Nº 073/2018 DE MÚTuo FENERATÍCIO.

**PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DA CEDAE - CAC.

**OBJETO:** "TRANSFERÊNCIA DA IMPORTÂNCIA DE R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) PELA CEDAE, DIRETA E PESSOALMENTE À CAC".

**PRAZO PARA PAGAMENTO:** 24 (vinte e quatro) parcelas mensais.

**DATA DE ASSINATURA:** 16/05/2018.

**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.457/2013.

**"Omitido no D.O. 21/05/2018.**

Id: 2141700

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 143/2018 (DF).

**PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS.

**OBJETO:** "SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO E UTILITÁRIOS PARA ATENDIMENTO AOS SETORES DA CEDAE".

**PRAZO:** 24 (vinte e quatro) meses.

**VALOR TOTAL:** R\$ 3.239.982,24 (três milhões, duzentos e trinta e nove mil novecentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos).

**DATA DE ASSINATURA:** 23/10/2018.

**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.383/2018 (Pregão Eletrônico nº 357/2018).

Id: 2141684

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 144/2018 (DF).

**PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a QUALITY ALUGUEL DE VEÍCULOS S/A.

**OBJETO:** "SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO E UTILITÁRIOS PARA ATENDIMENTO AOS SETORES DA CEDAE".

**PRAZO:** 24 (vinte e quatro) meses.

**VALOR TOTAL:** R\$ 2.168.644,80 (dois milhões, cento e sessenta e oito mil seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos).

**DATA DE ASSINATURA:** 23/10/2018.

**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.383/2018 (Pregão Eletrônico nº 357/2018).

Id: 2141685

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 142/2018 (DF).

**PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ELEVADORES VIMVIA LTDA - EPF.

**OBJETO:** "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM ASSISTÊNCIA AO ELEVADOR INSTALADO NO PRÉDIO DA UNIVERCE-DAE".

**PRAZO:** 12 (doze) meses.

**VALOR TOTAL:** R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

**DATA DE ASSINATURA:** 18/10/2018.  
**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.067/2018 (Pregão Eletrônico nº 360/2018).

Id: 2141689

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**"INSTRUMENTO:** Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 108/2017 (DI).

**PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e as empresas reunidas através do CONSÓRCIO SANEANDO BELFORD ROXO.

**OBJETO:** Reratificação de Itens da Planilha Orçamentária, com acréscimo e redução de valor.

**PRAZO:** Sem alteração do prazo contratual.

**VALOR:** R\$ 2.885.363,87 (dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil trezentos e sessenta e três reais e oitenta e sete centavos), correspondente a 3,69% (três vírgula sessenta e nove por cento) do valor inicial do contrato.

**DATA DA ASSINATURA:** 10/10/2018.

**FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-17/100.368/2014 (Dispensa de Licitação nº 002/2017 - DT).

**"Omitido no D.O. de 11/10/2018.**

Id: 2141972

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**"INSTRUMENTO:** Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 072/2016 (DI).

**PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

**OBJETO:** Prorrogação do prazo contratual, redução da taxa administrativa e alteração do prazo de pagamento, constantes na Cláusula Nona, Parágrafo Quarto do referido contrato.

**PRAZO:** 12 (doze) meses.

**VALOR:** R\$ 27.704.615,89 (vinte e sete milhões, setecentos e quatro mil seiscentos e quinze reais e oitenta e nove centavos).

**DATA DA ASSINATURA:** 23/08/2018.

**FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-17/100.210/2016 (Pregão Eletrônico nº 019/2015).

**"Omitido no D.O. de 24/08/2018.**

Id: 2141688

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

## AVISO

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 369/2018 - ASL-DP.

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE BOMBA CENTRÍFUGA VERTICAL, DUPLA SUÇÃO E DUPLA VOLUTA.

**A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES** comunica aos interessados que a licitação em epígrafe teve sua realização adiada sine die.

Id: 2141523

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

## AVISO

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018/247100-01.**

**Partes:** Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e UNISERVICE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS EIRELI.

**Decisão:** A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE resolve, por meio de seu Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, notificar essa empresa da decisão do CANCELAMENTO DA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018/247100-01, celebrada em 02/03/2018, motivada por essa empresa ter descumprido regra constante no anexo II, subitem 5.10, do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2017, que entra em vigor, a partir da data desta publicação, com prazo de 05 (cinco) dias para apresentação do recurso, sem efeito suspensivo.

Id: 2141861

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

## AVISO

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 353/2018 - ASL-DP.

**OBJETO:** SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, ATRAVÉS DE EQUIPAMENTOS DE SUÇÃO, ASPIRAÇÃO E HIDROJATEAMENTO DE ALTA PRESSÃO, DO SISTEMA DE ESGOTOAMENTO SANITÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, BAIXADA FLUMINENSE E COSTA VERDE.

**A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES** comunica que se encontra à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) ou [www.cedae.com.br/licitacao](http://www.cedae.com.br/licitacao), a Errata 01 (EDITAL CONSOLIDADO) ao Edital.

Id: 2141699

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

## AVISO

**MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 372/2018 - ASL-DP.

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE SUBSTRATO ENZIMÁTICO DEFINIDO ONFC - MUG 24 HORAS.

**DATA DA ETAPA DE LANCES:** 12/11/2018 - Horário: 11:00 horas.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).

**VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 602.980,00.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site [www.cedae.com.br/licitacao](http://www.cedae.com.br/licitacao), podendo alternativamente, ser retirado mediante permissão de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2141665

Secretaria de Estado de  
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA